

FORMAÇÃO DOCENTE E ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DO PNE E DA BNCC: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Aline Livia Chaves Pereira 1¹

*(Universidade do estado do Rio Grande do Norte, Departamento de Geografia, l
alinelivia@alu.uern.br)*

Adriano Fernandes da Silva 2²

*(Universidade do estado do Rio Grande do Norte, Departamento de Geografia,
adriano@alu.uern.br)*

Luiz Eduardo do Nascimento Neto 3³

*(Universidade do estado do Rio Grande do Norte, Departamento de Geografia,
luizeduardo@uern.br)*

RESUMO

Este artigo analisa os impactos do Plano Nacional de Educação (PNE) na formação docente e sua relação direta com a melhoria da qualidade do ensino, com ênfase na disciplina de Geografia. A investigação, de natureza qualitativa e documental, discute as metas 15, 16 e 17 do PNE (formação inicial, formação continuada e valorização profissional) e sua conexão com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Considerando as desigualdades regionais, com foco especial no Nordeste brasileiro, o texto evidencia como os desafios estruturais afetam a formação e atuação de professores de Geografia. Os resultados indicam avanços legais e institucionais, mas revelam entraves práticos persistentes, sobretudo nas regiões periféricas. Defende-se, ao final, o fortalecimento de políticas públicas territorializadas que assegurem uma formação docente crítica, contextualizada e socialmente referenciada.

PALAVRAS-CHAVE: Formação docente; Políticas públicas; PNE; Ensino de Geografia; Educação básica.

Identificação do GT

GT5 : ENSINO DE GEOGRAFIA

1 INTRODUÇÃO

A educação pública no Brasil apresenta um histórico marcado por desigualdades sociais, econômicas e regionais que impactam diretamente a qualidade do ensino e a formação dos profissionais da educação. Desde o período colonial até os dias atuais, o país enfrenta desafios estruturais, como a desigualdade de acesso, a precariedade da infraestrutura escolar e a insuficiente valorização dos professores, especialmente nas regiões mais vulneráveis, como o Nordeste.

Diante deste cenário, o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, surge como um importante marco legal e político, buscando articular metas e estratégias para superar essas lacunas até o ano de 2024. O PNE não apenas reforça a necessidade de garantir o direito à educação para todos, mas também reconhece o papel

fundamental do professor como agente transformador da realidade escolar e social. As metas 15, 16 e 17, que abordam a formação inicial, a formação continuada e a valorização do magistério, respectivamente, expressam essa prioridade.

No âmbito da educação básica, o ensino de Geografia assume papel estratégico para a construção do pensamento crítico e da cidadania ativa. Por meio do estudo do espaço geográfico e das dinâmicas territoriais, os alunos são convidados a compreender as relações socioambientais, as desigualdades regionais e a complexidade do mundo contemporâneo. Assim, a disciplina transcende a simples transmissão de conteúdo, tornando-se um instrumento para a análise e intervenção social consciente.

Entretanto, para que o ensino de Geografia cumpra esse papel, é imprescindível que os professores estejam adequadamente formados, atualizados e valorizados. O contexto brasileiro, marcado por disparidades regionais e desafios socioeconômicos, requer políticas públicas educativas que levem em conta as especificidades locais e a diversidade cultural dos estudantes. O Nordeste, em particular, apresenta indicadores que sinalizam dificuldades na implementação das metas do PNE, refletindo a necessidade de ações focadas na melhoria da formação e das condições de trabalho dos docentes dessa região.

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), lançada em 2017, reforça a importância da formação docente ao estabelecer competências específicas para o ensino da Geografia, que demandam práticas pedagógicas inovadoras, contextualizadas e orientadas para o desenvolvimento do pensamento crítico. A interseção entre o PNE e a BNCC configura um campo de estudo e intervenção essencial para a melhoria da qualidade da educação básica no país.

Diante desse quadro, o presente artigo tem como objetivo analisar os impactos do PNE na formação e valorização dos professores de Geografia, com enfoque nas metas 15, 16 e 17, e sua relação com as diretrizes da BNCC. Busca-se compreender os avanços alcançados, os desafios enfrentados e as perspectivas para a consolidação de uma formação docente que responda às demandas contemporâneas da educação brasileira, especialmente no contexto do Nordeste.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica e documental, uma vez que se propõe a analisar legislações, documentos oficiais e produções acadêmicas relacionadas à formação e valorização docente no Brasil, com ênfase no ensino de Geografia. A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pela

necessidade de compreender os sentidos e implicações das políticas públicas educacionais no cotidiano escolar, bem como seus desdobramentos nas práticas pedagógicas dos professores.

Na vertente bibliográfica, o estudo apoia-se em autores que discutem a formação inicial e continuada de professores, como Libâneo (2012), Gatti (2010), Nóvoa (2009), Saviani (2008), Tardif (2014) e Pimenta (2002), cujas obras oferecem fundamentos teóricos para refletir sobre o papel da docência e os processos formativos. No campo da Geografia, foram utilizadas contribuições de Callai (2011), Castellar (2014), Santos (1996), Carlos (1999) e Cavalcanti (2008), que discutem o ensino geográfico sob uma perspectiva crítica e interdisciplinar.

No que se refere à análise documental, foram examinados textos legais e institucionais como o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores (Resolução CNE/CP nº 2/2015), e os Relatórios de Monitoramento das Metas do PNE, especialmente o 5º Ciclo de Monitoramento publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2024.

Além disso, o estudo observou os impactos de programas federais voltados à formação docente, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), a Residência Pedagógica, o PARFOR e a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Esses programas têm sido fundamentais na tentativa de melhorar a formação inicial e a oferta de especializações em municípios de pequeno porte e regiões de difícil acesso.

Foram também levantados dados estatísticos sobre a evolução da formação docente no Brasil com base no Censo Escolar da Educação Básica, nos Painéis Educacionais da UNDIME e nos Indicadores do Censo da Educação Superior, com foco nas licenciaturas em Geografia. Essa triangulação de fontes permitiu não apenas identificar avanços promovidos pelas políticas públicas, mas também evidenciar os entraves estruturais, logísticos e financeiros que ainda dificultam a consolidação de uma formação docente de qualidade.

A análise dos dados coletados seguiu uma lógica interpretativa baseada na análise de conteúdo, permitindo agrupar os achados em três eixos temáticos principais: (1) formação inicial e os currículos das licenciaturas em Geografia; (2) políticas e programas de formação continuada e sua efetividade no território; (3) valorização docente e os desafios enfrentados no cotidiano profissional. Cada um desses eixos foi discutido à luz do contexto regional do

Nordeste, contribuindo para uma leitura mais aprofundada e territorializada das metas do PNE..

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A Formação e Valorização dos Professores de Geografia segundo as Metas do PNE

A análise das metas 15, 16 e 17 do PNE revela um esforço institucional importante para promover a valorização dos docentes, mas também evidencia os obstáculos práticos para sua implementação. A Meta 15 exige formação específica de nível superior para os professores da educação básica. No entanto, diversos cursos de Geografia ainda apresentam currículos desatualizados, pouco conectados à realidade escolar e com pouca articulação entre teoria e prática.

Estudos como os de Gatti (2010) e Callai (2011) apontam que a formação inicial em Geografia necessita incorporar novas abordagens pedagógicas, incluindo o uso de tecnologias, ensino de campo, cartografia digital e análise crítica do espaço. Além disso, o estágio supervisionado, que deveria ser um momento de integração prática e reflexão, muitas vezes é tratado como uma formalidade, dificultando a preparação efetiva dos futuros professores.

A Meta 16, por sua vez, trata da formação continuada, mas sua implementação também enfrenta grandes entraves. A oferta de cursos e programas de capacitação ainda se concentra em grandes centros urbanos, excluindo profissionais que atuam em áreas periféricas ou interioranas. Para que a formação continuada seja eficaz, é preciso que ela seja permanente, gratuita, presencial ou híbrida, e voltada para os desafios reais enfrentados em sala de aula.

A Meta 17 busca garantir a valorização do magistério por meio de planos de carreira, piso salarial e melhores condições de trabalho. Embora o piso salarial nacional represente um avanço, a valorização profissional vai além da remuneração: inclui condições adequadas de trabalho, reconhecimento social, participação na gestão escolar e acesso à formação contínua.

A BNCC estabelece competências específicas para o ensino de Geografia, como a compreensão das dinâmicas espaciais e das múltiplas escalas do território. Para que essas competências sejam efetivamente trabalhadas em sala de aula, os professores precisam estar em constante formação e atualização, reforçando a importância de políticas públicas voltadas à formação docente crítica e contextualizada.

3.2 Geografia, Território e Cidadania: um olhar pedagógico

O ensino de Geografia ultrapassa a mera memorização de conceitos ou a localização espacial, configurando-se como uma ferramenta essencial para a formação de cidadãos críticos e conscientes. Conforme Milton Santos (1996), o espaço geográfico é uma construção social, resultado das práticas humanas, das técnicas e do tempo histórico. Essa perspectiva convida a compreender as dinâmicas territoriais como reflexo das relações sociais e dos processos históricos, tornando o ensino de Geografia uma ação política e educativa.

Nesse sentido, Paulo Freire (1996) enfatiza que a educação deve ser um ato de liberdade, onde o diálogo e a problematização do contexto social são fundamentais para o desenvolvimento da consciência crítica. Assim, formar professores de Geografia implica prepará-los para mediar essa compreensão, promovendo práticas pedagógicas que conectem o conteúdo escolar à realidade vivida pelos alunos, valorizando suas experiências locais e promovendo a participação ativa na construção do conhecimento.

A BNCC reforça essa visão ao estabelecer competências específicas para o ensino de Geografia que envolvem a análise crítica das múltiplas escalas do território, o reconhecimento da diversidade cultural e a reflexão sobre os desafios ambientais e sociais contemporâneos. Entretanto, sem uma formação docente contínua e contextualizada, esses objetivos correm o risco de permanecerem no campo da teoria, sem impacto efetivo nas práticas pedagógicas.

3.3 Boas Práticas no Ensino de Geografia e Desafios Formativos

Apesar dos inúmeros desafios enfrentados pelos professores de Geografia no Brasil, diversas experiências exitosas em escolas públicas demonstram o potencial transformador da disciplina quando articulada a práticas pedagógicas contextualizadas, críticas e interativas. O ensino de Geografia, quando compreendido como instrumento de leitura do mundo e construção da cidadania, pode tornar-se um espaço de resistência e formação emancipadora.

Entre as práticas mais significativas está o uso da cartografia escolar crítica, que permite aos estudantes produzirem seus próprios mapas e representações espaciais a partir de sua vivência cotidiana. Trabalhos como os desenvolvidos por Callai (2011) e Cavalcanti (2008) apontam que a cartografia crítica favorece a leitura ativa do espaço vivido,

contribuindo para o desenvolvimento da autonomia intelectual e da consciência territorial dos alunos.

Outro recurso importante é o uso das geotecnologias educacionais, como softwares de georreferenciamento, imagens de satélite, aplicativos de localização e análise espacial. Quando bem exploradas, essas ferramentas estimulam o raciocínio espacial, o trabalho em grupo e o interesse dos estudantes pela Geografia, conectando os conteúdos escolares ao mundo digital em que estão inseridos. No entanto, a inserção dessas tecnologias ainda é limitada, principalmente em escolas da rede pública em regiões mais carentes, por falta de infraestrutura, capacitação técnica e apoio institucional.

As atividades de ensino de campo também representam uma estratégia poderosa de aproximação entre teoria e prática. Caminhadas urbanas, visitas a rios, áreas de risco ambiental, quilombos, feiras, zonas rurais ou áreas urbanizadas são experiências que colocam os estudantes em contato direto com o objeto de estudo da Geografia — o espaço. Essas práticas ampliam a percepção dos alunos sobre os problemas e potencialidades do território, favorecendo a aprendizagem significativa e o desenvolvimento do pensamento crítico. Segundo Castellar (2014), o campo é o “laboratório vivo” da Geografia, essencial à compreensão das dinâmicas espaciais.

Além disso, iniciativas interdisciplinares como projetos de educação ambiental, cultura afro-brasileira, direitos humanos e planejamento urbano têm se destacado como boas práticas em escolas públicas. Essas abordagens promovem o diálogo entre a Geografia e outras áreas do conhecimento, fortalecendo uma visão mais integrada e complexa da realidade. Em muitas escolas, professores de Geografia têm articulado o conteúdo com projetos de intervenção social no bairro, oficinas sobre resíduos sólidos, hortas escolares e ações de mobilidade urbana sustentável.

Por outro lado, a efetivação dessas boas práticas depende diretamente da formação docente e do apoio da gestão escolar. Muitos professores ainda enfrentam barreiras como a falta de tempo para planejamento coletivo, a sobrecarga de turmas, o desinteresse da gestão em projetos inovadores e a ausência de políticas de formação continuada territorializadas. Conforme Gatti (2010), o professor isolado e sobrecarregado tem menos condições de inovar pedagogicamente, o que reforça a importância da criação de comunidades de aprendizagem e redes colaborativas de professores.

Outro entrave recorrente é o descompasso entre o currículo prescrito e o currículo real, ou seja, entre aquilo que está nos documentos oficiais e o que realmente é possível desenvolver nas salas de aula, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. A BNCC, por exemplo, apresenta competências amplas e desafiadoras para o ensino de Geografia, mas não oferece os meios efetivos para sua implementação, como investimentos em formação continuada, acesso a materiais didáticos adequados e estrutura física nas escolas.

Portanto, para que essas boas práticas não se limitem a experiências pontuais, mas se consolidem como parte da rotina escolar, é essencial que haja políticas públicas permanentes, com financiamento específico para projetos didáticos, incentivos à formação continuada crítica e territorializada e valorização do protagonismo docente. É preciso construir uma cultura escolar que reconheça a importância do ensino de Geografia como ferramenta de compreensão e transformação do espaço vivido.

5. CONCLUSÕES

O Plano Nacional de Educação representa um marco imprescindível na trajetória da educação brasileira, sobretudo no que se refere à formação e valorização dos profissionais do magistério. As metas 15, 16 e 17 indicam um compromisso institucional com a melhoria da qualidade do ensino, ao reconhecer que professores bem formados, continuamente atualizados e devidamente valorizados são fundamentais para a efetivação do direito à educação de qualidade.

No entanto, a implementação dessas metas ainda encontra diversos obstáculos, especialmente em regiões historicamente marcadas por desigualdades sociais e econômicas, como o Nordeste brasileiro. Os desafios vão desde a necessidade de modernização e adequação dos currículos dos cursos de licenciatura em Geografia, passando pela ampliação e democratização da formação continuada, até a garantia de condições dignas de trabalho e reconhecimento profissional.

A disciplina de Geografia, enquanto ciência social que aborda as relações entre sociedade e território, tem papel crucial na formação de cidadãos críticos, conscientes das dinâmicas socioambientais e territoriais que os cercam. Para que essa função seja plenamente cumprida, é imprescindível que os professores sejam apoiados por políticas públicas sólidas que contemplem suas especificidades formativas e profissionais.

Assim, destaca-se a importância da articulação entre o PNE e a BNCC, que juntas orientam a formação e a prática docente para o desenvolvimento de competências essenciais no ensino de Geografia, alinhadas às demandas sociais e educativas contemporâneas. O fortalecimento das redes de formação, o investimento em tecnologias educacionais e a valorização da carreira docente são estratégias fundamentais para promover a qualidade e a equidade na educação.

Por fim, é urgente que o sistema educacional brasileiro amplie e qualifique seus programas de formação inicial e continuada, promovendo ações territoriais específicas que considerem as particularidades regionais e culturais, principalmente nas áreas de maior vulnerabilidade social. A implementação efetiva dessas medidas contribuirá não apenas para a qualificação dos professores de Geografia, mas também para a construção de uma educação mais justa, democrática e transformadora, capaz de formar sujeitos críticos e ativos na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. J. **Educação, território e cultura: um olhar geográfico para a escola.** Revista Brasileira de Educação Geográfica, v. 5, n. 1, p. 22–40, 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.** Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação.** Brasília: INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 7 jul. 2025.

CARVALHO, L. F. **Valorização do magistério: impactos na motivação e qualidade do ensino.** Revista Brasileira de Educação, v. 25, n. 95, 2020.

CALLAI, H. C. O ensino de Geografia e a formação da consciência crítica. In: CASTELLAR, Sonia et al. (orgs.). **Geografia: práticas de ensino e formação de professores.** São Paulo: Contexto, 2011. p. 17–35.

CASTELLAR, S. M. V. et al. **Ensino de Geografia: práticas e possibilidades.** São Paulo: Contexto, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, B. A. **Formação de professores no Brasil: características e problemas.** Educação e Sociedade, v. 31, n. 113, p. 1355–1379, 2010.



LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NÓVOA, A. **Profissão professor**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2009.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

UNDIME. PNE: **INEP atualiza painel de monitoramento das metas**. 2024. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/09-07-2024-09-39-pne-inep-atualiza-painel-de-monitoramento>. Acesso em: 7 jul. 2025.
